

O Guarani





JOSÉ DE ALENCAR

O Guarani

Romance brasileiro

TEXTO INTEGRAL

Cotejado com a edição crítica
do Instituto Nacional do Livro,
preparada por Darcy Damasceno.

Apresentação de

João Alexandre Barbosa

gerente editorial Claudia Morales
editor Fabricio Waltrick
assistentes editoriais Fabiane Zorn e Carla Bitelli
diagramadora Thatiana Kalaes
coordenadora de revisão Ivany Picasso Batista
revisão Alessandra Miranda de Sá, Camila Zanon e Bárbara Borges
redação Fabio Cesar Alves
projeto gráfico Fabricio Waltrick e Luiz Henrique Dominguez
coordenadora de arte Soraia Pauli Scarpa
editoração eletrônica Luiz Henrique Dominguez

imagem da capa sem título, 2007/2008, obra de Fabricio Lopez

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A353g
27.ed.

Alencar, José de, 1829-1877
O Guarani: Romance brasileiro / José de Alencar. - 27.ed. -
São Paulo : Ática, 2012. 344p. - (Bom Livro)

Inclui apêndice e bibliografia
ISBN 978 85 08 14593-5

1. Romance brasileiro. I. Título. II. Série.

10-0439.

CDD: 869.93
CDU: 821.134.3(81)-3

ISBN 978 85 08 14593-5 (aluno)
CL: 737830
CAE: 268371

2019
27ª edição

4ª impressão
Impressão e acabamento:

Todos os direitos reservados pela Editora Ática S.A. | 1995
Avenida das Nações Unidas, 7221 | Pinheiros | CEP 05425-902 | São Paulo | SP
Atendimento ao cliente: 4003-3061 | atendimento@aticascipione.com.br
www.coletivoleitor.com.br

IMPORTANTE: Ao comprar um livro, você remunera e reconhece o trabalho do autor e o de muitos outros profissionais envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras: editores, revisores, diagramadores, ilustradores, gráficos, divulgadores, distribuidores, livreiros, entre outros. Ajude-nos a combater a cópia ilegal! Ela gera desemprego, prejudica a difusão da cultura e encarece os livros que você compra.



Sumário

Leitura de José de Alencar 7

Prólogo 15

Ao leitor 17

Primeira parte — Os aventureiros 19

I Cenário 19

II Lealdade 22

III A bandeira 26

IV Caçada 32

V Loura e morena 37

VI A volta 42

VII A prece 48

VIII Três linhas 53

IX Amor 57

X Ao alvorecer 61

XI No banho 66

XII A onça 71

XIII Revelação 76

XIV A índia 82

XV Os três 87

Segunda parte — Peri 95

I O carmelita 95

II Iara! 102

III Gênio do mal 108

IV Ceci 113

V Vilania 120

VI Nobreza 124

- VII No precipício 131
- VIII O bracelete 137
- IX Testamento 142
- X Despedida 147
- XI Travessura 153
- XII Pelo ar 158
- XIII Trama 163
- XIV A xícara 169

Terceira parte — Os Aimorés 175

- I Partida 175
- II Preparativos 180
- III Verme e flor 186
- IV Na treva 191
- V Deus dispõe 196
- VI Revolta 202
- VII Os selvagens 207
- VIII Desânimo 212
- IX Esperança 217
- X Na brecha 222
- XI O frade 226
- XII Desobediência 231
- XIII Combate 235
- XIV O prisioneiro 240

Quarta parte — A catástrofe 245

- I Arrependimento 245
- II O sacrifício 249
- III Sortida 255
- IV Revelação 260
- V O paiol 265
- VI Trégua 270
- VII Peleja 274
- VIII Noiva 278
- IX O castigo 282
- X Cristão 286
- XI Epílogo 292

- Vida & obra 317
- Resumo biográfico 339
- Obras do autor 341
- Obra da capa 343

LEITURA DE JOSÉ DE ALENCAR

João Alexandre Barbosa

Doutor pela Universidade de São Paulo (USP), onde obteve livre-docência. Atuou como professor e pesquisador de Teoria Literária e Literatura Comparada e foi presidente da Edusp (Editora da USP). Faleceu em 2006.

A obra de José de Alencar, como já se disse muitas vezes, é tão variada em seus valores e intenções que o leitor menos avisado, sem uma leitura global de seus textos, perde a orientação e não sabe por onde começar o julgamento.

Nela há de tudo: desde o exercício mais ou menos etnográfico, onde a análise psicológica se rarefaz e o personagem enquanto personagem quase desaparece por entre o mapeamento linguístico e antropológico (Ubirajara, 1874), até o propósito de análise social e psicológica, por onde o escritor antecipava modos narrativos urbanos de grande fortuna em nossa literatura (*Senhora*, 1875).

Regionalista, histórico, social, psicológico são termos mais ou menos arbitrários que não chegam a definir um romance, muito menos um romancista. Este — para o leitor que pretenda uma compreensão menos esquemática — fica sempre aquém ou além das designações dos manuais de história literária e só se esclarece sob uma lente menos rotulativa e mais fina: a que busque o seu modo de relacionamento com a própria linguagem por meio da qual chega à realidade. E sob uma lente assim, José de Alencar é muito mais interessante do que, em geral, nos fizeram acreditar as fórmulas batidas das esquematizações didáticas.

Na verdade, todo escritor é passível de reduções sumárias que, servindo aos desígnios da classificação, têm por objetivo mais profundo preencher o vazio de uma crítica parcial. Diz-se, por exemplo, que Machado de Assis foi um grande escritor (grifando-se o termo), mas que teve uma imaginação (esgarçando-se o termo) limitada pelos valores psicológicos, conhecendo a alma humana com o rigor de um Dostoievski, mas sofrendo de uma certa miopia (a expressão foi usada por Eça de Queirós) para ver o grande espetáculo da luta entre a natureza e o homem. E, como era de esperar num espaço crítico assim afeito ao vezo maniqueísta, o contrá-

rio daria José de Alencar. Imaginoso, fantasista, empenhado na construção de uma literatura brasileira americanista diferenciada da europeia, mas escritor apressado, desajeitado mesmo em lidar com personagens e situações. Será assim? Acredito que não e, em seguida, veremos por quê. Penso que foi Augusto Meyer quem, escrevendo sobre o presente livro (“Nota Preliminar” a *O Guarani*, na edição Aguilar), pôs melhor o dedo no suspiro: viu José de Alencar como escritor, escolhendo os seus temas, esforçando-se por achar aquilo que é o objetivo de todo escritor de raça, isto é, a sua linguagem com a qual pudesse dar conta do tema que escolhesse. E, num desabafo de leitor crítico, querendo desvencilhar-se da mesmice das classificações, chega a afirmar:

Eu por mim confesso humildemente que não vejo indígenas na obra de Alencar, nem personagens históricas, nem romances históricos; vejo uma poderosa imaginação que transfigura tudo, a tudo atribui um sentido fabuloso e não sabe criar senão dentro de um clima de intemperança fantasista. Poeta do romance, romancava tudo. Se teve a intenção de criar o nosso romance histórico, ficou só na intenção, e de qualquer modo não lograria fazê-lo, pois era demasiado genial para poder adaptar o seu fogoso temperamento a um gênero tão medíocre, que pede paciência aturada na imitação servil da crônica histórica, pouca imaginação criadora e acúmulo de minúcias pitorescas [...].

É, de fato, esta a posição mais adequada para que o leitor de hoje, familiarizado com as técnicas mais sofisticadas da narrativa, possa ler ainda José de Alencar: captar, por sob as intenções regionalistas ou americanistas que o romancista fazia vibrar na face de seus críticos mais mordazes, o esforço de quem, no romance, encontrava um veículo adequado para a objetivação de sua inquieta e poderosa capacidade fabuladora. Poucos escritores brasileiros, mesmo aqueles mais bem dotados tecnicamente, servem melhor ao estudo do que seja a própria arte da ficção, sobretudo no que diz respeito ao problema tão antigo quanto o próprio Aristóteles, o da verossimilhança. Em Alencar, a cada passo, em seus livros mais ambiciosos, pode ir o leitor de hoje rastreando elementos que conduzem ao cerne daquilo a que um crítico (Martin Price) chamou de “contrato ficcional”, isto é, uma espécie de acordo tácito entre o autor e o leitor no que se refere às experiências do imaginário concretizadas pela narrativa.

Tropeçando nos erros de sua ignorância etnográfica, esbarrando por entre as armadilhas da selva *selvaggia* de uma terminologia “brasileira” ainda não bastante esclarecida em sua época (e tudo isso os seus críticos

menos argutos e mais caturros, de ontem e de hoje, fizeram e fazem valer como condenação geral de sua obra), Alencar foi afirmando a supremacia de uma realidade ficcional sobre a chateza das minudências de ordem histórica ou geográfica com o mesmo ardor e imprudência da maioria de seus personagens heroicos.

Veja-se bem, no entanto: José de Alencar jamais perde a visão de conjunto de sua narrativa. Se a ação de seus personagens faz surgir acontecimentos que parecem bordejar o inverossímil, isto se dá por um momento fugaz, e o leitor termina pacificado. Tudo acaba por explicar-se convenientemente desde que a imaginação funcione como elemento controlador e organizador.

Este processo de compensação, que está em toda a sua obra, começou a ganhar foro de estilo (o “estilo José de Alencar”) a partir deste “romance brasileiro”, depois das tímidas experiências de romance urbano (a que ele mesmo chamava de romancetes) representadas por *Cinco minutos* (1856) e *A viuvinha* (1857).

Escrito em folhetins para o *Diário do Rio de Janeiro* entre janeiro e abril de 1857, o romance neste mesmo ano era publicado em quatro fascículos (as quatro partes que o compõem) “e que aproveitava a composição dos folhetins”, conforme indica Darcy Damasceno, na “Introdução” que escreveu para a sua edição crítica da obra (Instituto Nacional do Livro, 1958) e que vou utilizando nesta minha leitura.

Que José de Alencar julgava ser este o seu primeiro romance é fácil de verificar pelo “Prólogo” que antecedeu à publicação em folhetim. Ali, a “prima”, que aparecia como interlocutora nas duas primeiras narrativas, é nomeada como responsável pela fé depositada no escritor: “Gostou da minha história, e pede-me um romance; acha que posso fazer alguma coisa neste ramo de literatura”. Ao contrário do que acontecia nas duas obras anteriores, entretanto, a “prima” conserva-se no pórtico do romance, deixando de ser aquele expediente mais ou menos fácil com que Alencar conduzia as intrigas superficiais em *Cinco minutos* e *A viuvinha*.

Deixada no “Prólogo”, transformada em depositária da obra, a mudança com relação à “prima” é fato mais substancial: revela uma deslocação de foco narrativo que, na verdade, inaugura o romance na obra literária de José de Alencar. De autor conivente ele passa a autor onisciente — assumindo a perspectiva épica por meio da qual podia soltar as rédeas de sua imaginação saturada pelas leituras adolescentes de Chateaubriand, Dumas, Hugo, Sue, Scott, Cooper, Marryat, Arlincourt, Soulié, Balzac, autores todos citados por ele mesmo em *Como e porque sou romancista*.

Na verdade, aquele leitor juvenil dos serões na chácara do pai, o Senador Alencar, quando lia e relia para a sua mãe e amigas *Armanda e Oscar, Saint-Clair das Ilhas e Celestina*, fazendo-as chegar até às lágrimas, encontrava agora, antes de atingir os 30 anos, o modo de transformar todas aquelas experiências em objeto capaz de aglutinar, pela ficção, aprofundando-as portanto, as emoções e sensações do leitor sensível. Não mais a história, em contraposição ao romance, a que ele se refere no período de abertura de sua primeira obra (“É uma história curiosa a que lhe vou contar, minha prima. Mas é uma história, e não um romance”): agora tratava-se de, munido de umas escassas notas extraídas de crônicas históricas e do que a fantasia, mais do que o registro verdadeiro, lhe dizia dos sertões brasileiros, enfrentar a ambição que, segundo o próprio romancista, alentava-o desde anos, quando escrevera *Os contrabandistas*, destruído pelo fogo (mais uma de suas ficções?!). E é curioso observar como, pela leitura do “Prólogo”, é ainda o personagem, não o autor, dos romancetes anteriores que envia à “prima” a cópia de um hipotético manuscrito realizada por ele e Carlota (a jovem romântica do primeiro romancete, como se sabe) “nos longos serões das nossas noites de inverno”, como ali está dito. A ficção dentro da ficção, portanto, e não assumindo ares de crônica verdadeira como nos livros iniciais, é que vinha estabelecer a distinção entre história e romance por ele requerida.

Em sua curta, mas preciosa autobiografia, as origens do presente romance estão mencionadas a partir de 1848, quando, voltando ao Nordeste, viajando pelo interior do Ceará e Bahia, lendo cronistas da era colonial em Olinda, José de Alencar afirma a certa altura de suas reminiscências:

Uma coisa vaga e indecisa, que devia parecer-me com o primeiro broto do *Guarani* ou de *Iracema*, flutuava-me na fantasia. Devorando as páginas dos alfarrábios de notícias coloniais, buscava com sofreguidão um tema para o meu romance; ou pelo menos um protagonista, uma cena e uma época.

O romance que se vai ler em seguida é o testemunho desse achado que o leitor deve apreender sem desprezar o que permaneceu daquela fantasia flutuante mencionada pelo escritor.

Organizado em torno de quatro partes (“Os aventureiros”, “Peri”, “Os Aimorés” e “A catástrofe”), o romance possui aquilo que, em 1848, Alencar buscava sofregamente: passa-se no século XVII, às margens do Paraíba, e tem por protagonista o índio Peri, portanto uma época, uma cena e um herói. Divididas em curtos capítulos, as quatro partes dão, de fato, aquela impressão de estrutura cinematográfica anotada, com argúcia,

por Augusto Meyer no estudo já referido. (Decorrente, talvez, em grande parte, da enorme plasticidade alcançada pelo escritor na elaboração das ações e cenas do romance.) Quanto ao outro elemento mencionado por Alencar em sua autobiografia — o tema —, a sua detecção neste romance não é tão fácil quanto possa parecer àqueles que se habituaram a chamá-lo de histórico ou indianista.

Na verdade, se a ação do livro leva para o encontro final entre os brancos e os aimorés, com a destruição da casa de D. Antônio de Mariz e de seus ocupantes, com exceção de Cecília e Peri, esta mesma exceção desvia o tema ostensivo para um sistema latente mais complexo e de mais forte simbolização. A lenda de Tamandaré — o Noé indígena, como anota Alencar — contada por Peri a Cecília no “Epílogo”, às vésperas da explosão final das águas do Paraíba, pode ser lida como uma espécie de referência intertextual: a fecundação posterior da terra pelo indígena da lenda, salvo “no olho de uma palmeira”, corre paralela àquela realizada pelo próprio romance de Alencar, fundando uma tradição. Romance de fundação, o brasileiro, ou indigenismo, de que se acha imbuído, é apenas uma parte de sistema mais rico de significações. É claro, veja-se bem, que, num primeiro nível, a fusão de Peri e Cecília pelas águas tormentosas do Paraíba implica a reunião de raças procriadoras da nacionalidade, como pedia a etnologia romântica perfilhada por Alencar; num outro, todavia, a utilização da lenda vem apontar para aquela introdução do elemento mítico no erudito (o romance romântico de José de Alencar), impondo-lhe um traço, por assim dizer, de simbolização também literária. Não é só da fundação da nacionalidade que trata o romance, mas de sua própria fundação enquanto gênero literário no Brasil.

Por outro lado, não é difícil imaginar como uma leitura “temática” ao modo de Gaston Bachelard — quando o “tema” passa a ser a articulação de uma cadeia de obsessões recorrentes, sobretudo metafóricas, como já as estudou o seu discípulo Charles Mauron — poderia aproveitar bastante da circularidade descrita pelas águas do Paquequer no espaço do romance. De qualquer modo, não é preciso ter lido Lévi-Strauss ou Propp (embora isto fosse desejável) para apreender o estrato mítico do livro, permitindo uma leitura mais complexa de seus símbolos.

No entanto, entre as primeiras cenas da obra, por onde passam as águas do Paquequer, em que se descreve a fortaleza mandada erigir por D. Antônio de Mariz, quando surgem D. Lauriana, Cecília, Isabel, D. Diogo, o escudeiro Aires Gomes (de marcantes traços cervantinos), o próprio D. Antônio, Peri e os aventureiros chefiados pelo cavalheiro D. Álvaro (em que sobressai

o personagem Loredano, notável figura de vilão, parecendo ter saído de toda a imaginária romântica de capa e espada), entre estas primeiras cenas e o “Epílogo”, quando então se completa o ciclo das águas, o leitor é “retardado” por motivos atraentes: seja a dedicação de Peri à sua Ceci, seja a altivez de D. Lauriana, seja o amor de Isabel por Álvaro, seja a queda do presente trazido por este último ao fundo de um precipício, onde se agitam serpentes e escorpiões, e o seu resgate pelo índio heroico, seja a transformação de Fr. Ângelo di Luca no terrível Loredano por ambição no roteiro das fabulosas minas de Robério Dias, seja a conspiração deste último para apoderar-se da Casa dos Mariz, sobretudo de Cecília, etc., etc.

Estava fincado o esquema com o qual, daí por diante, há de trabalhar, quase sempre, José de Alencar: de um lado, os bons, os heróis; de outro, os maus, os covardes. Entre uns e outros, a tensão romanesca é dada pela força da imaginação ao instaurar os espaços internos e externos (para exemplo dos primeiros, basta ler o modo pelo qual erige heraldicamente a Casa dos Mariz no meio das matas sertanejas).

Como exemplo geral do esquema adotado pelo escritor, tome-se o triângulo que se estabelece em torno de Cecília, representado por Loredano, Álvaro e Peri. De tal forma cada um é esquematizado por Alencar, correspondendo às suas específicas organizações morais, que, num determinado momento da obra, a triangulação é descrita explicitamente:

Loredano desejava; Álvaro amava; Peri adorava. O aventureiro daria a vida para gozar; o cavalheiro arrostaría a morte para merecer um olhar; o selvagem se mataria, se preciso fosse, só para fazer Cecília sorrir (“Amor”, cap. IX, primeira parte).

Gozo, amor e adoração: entre eles não parece haver possibilidade de conciliação, e a temática do romance termina por justificar essa impossibilidade.

O leitor de hoje talvez sinta na esquematização referida uma certa rigidez capaz de afastá-lo da obra: os homens, dirá com os seus botões o leitor contumaz de Machado de Assis, nem sempre, ou nunca, são assim tão estanques e divididos entre si. Que ele — esse hipotético leitor — possa refletir sobre isso ao término da leitura do romance, está bem. Se ele, entretanto, fizer disso uma razão para nem sequer iniciar a leitura, jamais lendo José de Alencar, então é porque, com toda a certeza, a sua imaginação não é bastante forte e segura para aguentar os impulsos desse cearense exagerado e dono absoluto de seus meios de expressão. Um fundador.



O Guarani

Minha prima. — Gostou da minha história, e pede-me um romance; acha que posso fazer alguma coisa neste ramo de literatura.

Engana-se; quando se conta aquilo que nos impressionou profundamente, o coração é que fala; quando se exprime aquilo que outros sentiram ou podem sentir, fala a memória ou a imaginação.

Esta pode errar, pode exagerar-se; o coração é sempre verdadeiro, não diz senão o que sentiu; e o sentimento, qualquer que ele seja, tem a sua beleza.

Assim, não me julgo habilitado a escrever um romance, apesar de já ter feito um com a minha vida.

Entretanto, para satisfazê-la, quero aproveitar as minhas horas de trabalho em copiar e remover um velho manuscrito que encontrei em um armário desta casa, quando a comprei.

Estava abandonado e quase todo estragado pela umidade e pelo cupim, esse roedor eterno, que antes do dilúvio já se havia agarrado à arca de Noé, e pôde assim escapar ao cataclisma.

Previno-lhe que encontrará cenas que não são comuns atualmente, não as condene à primeira leitura, antes de ver as outras que as explicam.

Envio-lhe a primeira parte do meu manuscrito, que eu e Carlota temos decifrado nos longos serões das nossas noites de inverno, em que escurece aqui às cinco horas.

Adeus.

Minas, 12 de dezembro.

* Este prólogo foi publicado apenas nos folhetos e na 1ª edição. (N.E.)

Publicando este livro em 1857, se disse ser aquela primeira edição uma prova tipográfica, que algum dia talvez o autor se dispusesse a rever.

Esta nova edição devia dar satisfação do empenho, que a extrema benevolência do público leitor, tão minguido ainda, mudou em bem para dívida de reconhecimento.

Mais do que podia fiou de si o autor. Relendo a obra depois de anos, achou ele tão mau e incorreto quanto escrevera, que para bem corrigir, fora mister escrever de novo. Para tanto lhe carece o tempo e sobra o tédio de um labor ingrato.

Cingiu-se pois às pequenas emendas que toleravam o plano da obra e o desalinho de um estilo não castigado.

* Passa a ser publicado a partir da 2ª edição. (N.E.)

PRIMEIRA PARTE

Os aventureiros



Cenário

De um dos cabeços da Serra dos Órgãos desliza um fio de água que se dirige para o norte, e engrossado com os mananciais que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se rio caudal.

É o Paquequer¹ saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito.

Dir-se-ia que, vassalo e tributário desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano. Perde então a beleza selvática; suas ondas são calmas e serenas como as de um lago, e não se revoltam contra os barcos e as canoas que resvalam sobre elas: escravo submisso, sofre o látigo do senhor.

Não é neste lugar que ele deve ser visto; sim três ou quatro léguas acima de sua foz, onde é livre ainda, como o filho indômito desta pátria da liberdade.

Aí, o Paquequer lança-se rápido sobre o seu leito, e atravessa as florestas como o tapir, espumando, deixando o pelo esparso pelas pontas do rochedo,

* **Guarani** – O título que damos a esse romance significa o *indígena brasileiro*. Na ocasião da descoberta, o Brasil era povoado por nações pertencentes a uma grande raça, que conquistara o país havia muito tempo, e expulsara os dominadores. Os cronistas ordinariamente designavam esta raça pelo nome *Tupi*; mas esta denominação não era usada senão por algumas nações. Entendemos que a melhor designação que se lhe podia dar era a da língua geral que falavam e naturalmente lembrava o nome primitivo da grande nação. (N.A.)

1 **Paquequer**: para se conhecer a exatidão dessa descrição do rio Paquequer naquela época, leia-se B. da Silva Lisboa. *Anais do Rio de Janeiro*, 1^o tomo, pág. 162. Hoje as grandes plantações de café transformaram inteiramente aqueles lugares outrora virgens e desertos. (N.A.)

e enchendo a solidão com o estampido de sua carreira. De repente, falta-lhe o espaço, foge-lhe a terra; o soberbo rio recua um momento para concentrar as suas forças, e precipita-se de um só arremesso, como o tigre sobre a presa.

Depois, fatigado do esforço supremo, se estende sobre a terra, e adormece numa linda bacia que a natureza formou, e onde o recebe como em um leito de noiva, sob as cortinas de trepadeiras e flores agrestes.

A vegetação nessas paragens ostentava outrora todo o seu luxo e vigor; florestas virgens se estendiam ao longo das margens do rio, que corria no meio das arcarias de verdura e dos capitéis formados pelos leques das palmeiras.

Tudo era grande e pomposo no cenário que a natureza, sublime artista, tinha decorado para os dramas majestosos dos elementos, em que o homem é apenas um simples comparsa.

No ano da graça de 1604, o lugar que acabamos de descrever estava deserto e inculto; a cidade do Rio de Janeiro tinha-se fundado havia menos de meio século, e a civilização não tivera tempo de penetrar o interior.

Entretanto, via-se à margem direita do rio uma casa larga e espaçosa, construída sobre uma eminência, e protegida de todos os lados por uma muralha de rocha cortada a pique.

A esplanada, sobre que estava assentado o edifício, formava um semi-círculo irregular que teria quando muito cinquenta braças quadradas; do lado do norte havia uma espécie de escada de lajedo feita metade pela natureza e metade pela arte.

Descendo dois ou três dos largos degraus de pedra da escada, encontrava-se uma ponte de madeira solidamente construída sobre uma fenda larga e profunda que se abria na rocha. Continuando a descer, chegava-se à beira do rio, que se curvava em seio gracioso, sombreado pelas grandes gameleiras e angelins que cresciam ao longo das margens.

Aí, ainda a indústria do homem tinha aproveitado habilmente a natureza para criar meios de segurança e defesa.

De um e outro lado da escada seguiam dois renques de árvores, que, alargando gradualmente, iam fechar como dois braços o seio do rio; entre o tronco dessas árvores, uma alta cerca de espinheiros tornava aquele pequeno vale impenetrável.

A casa era edificada com a arquitetura simples e grosseira, que ainda apresentam as nossas primitivas habitações; tinha cinco janelas de frente, baixas, largas, quase quadradas.

Do lado direito estava a porta principal do edifício, que dava sobre um pátio cercado por uma estacada, coberta de melões agrestes. Do lado esquerdo estendia-se até à borda da esplanada uma asa do edifício, que abria duas janelas sobre o desfiladeiro da rocha.

No ângulo que esta asa fazia com o resto da casa, havia uma coisa que chamaremos jardim, e de fato era uma imitação graciosa de toda a natureza rica, vigorosa e esplêndida, que a vista abraçava do alto do rochedo.

Flores agrestes das nossas matas, pequenas árvores copadas, um estendal de relvas, um fio de água, fingindo um rio e formando uma pequena cascata, tudo isto a mão do homem tinha criado no pequeno espaço com uma arte e graça admirável.

À primeira vista, olhando esse rochedo da altura de duas braças, donde se precipitava um arroio da largura de um copo de água, e o monte de grama, que tinha quando muito o tamanho de um divã, parecia que a natureza se havia feito menina e se esmerara em criar por capricho uma miniatura.

O fundo da casa, inteiramente separado do resto da habitação por uma cerca, era tomado por dois grandes armazéns ou senzalas, que serviam de morada a aventureiros e acostados.

Finalmente, na extrema do pequeno jardim, à beira do precipício, via-se uma cabana de sapé, cujos esteios eram duas palmeiras que haviam nascido entre as fendas das pedras. As abas do teto desciam até o chão; um ligeiro sulco privava as águas da chuva de entrar nesta habitação selvagem.

Agora que temos descrito o aspecto da localidade, onde se deve passar a maior parte dos acontecimentos desta história, podemos abrir a pesada porta de jacarandá, que serve de entrada, e penetrar no interior do edifício.

A sala principal, o que chamamos ordinariamente sala da frente, respirava um certo luxo que parecia impossível existir nessa época em um deserto, como era então aquele sítio.

As paredes e o teto eram caiados, mas cingidos por um largo florão de pintura a fresco; nos espaços das janelas pendiam dois retratos que representavam um fidalgo velho e uma dama também idosa.

Sobre a porta do centro desenhava-se um brasão de armas² em campo de cinco vieiras de ouro, riscadas em cruz entre quatro rosas de prata sobre palas e faixas. No escudo, formado por uma brica de prata orlada de vermelho, via-se um elmo também de prata, paquife de ouro e de azul, e por timbre um meio leão de azul com uma vieira de ouro sobre a cabeça.

Um largo reposteiro de damasco vermelho, onde se reproduzia o mesmo brasão, ocultava esta porta, que raras vezes se abria, e dava para um oratório. Defronte, entre as duas janelas do meio, havia um pequeno dossel fechado por cortinas brancas com apanhados azuis.

2 **brasão de armas:** este brasão da casa dos Marizes é histórico, nos mesmos *Anais do Rio de Janeiro*, tomo 1^o, pág. 329, acha-se a sua descrição que copiei literalmente. (N.A.)

Cadeiras de couro de alto espaldar, uma mesa de jacarandá de pés torneados, uma lâmpada de prata suspensa ao teto, constituíam a mobília da sala, que respirava um ar severo e triste.

Os aposentos interiores eram do mesmo gosto, menos as decorações heráldicas; na asa do edifício, porém, esse aspecto mudava de repente, e era substituído por um quer que seja de caprichoso e delicado que revelava a presença de uma mulher.

Com efeito, nada mais loução do que essa alcova, em que os brocatéis de seda se confundiam com as lindas penas de nossas aves, enlaçadas em grinaldas e festões pela orla do teto e pela cúpula do cortinado de um leito colocado sobre um tapete de peles de animais selvagens.

A um canto, pendia da parede um crucifixo em alabastro, aos pés do qual havia um escabelo de madeira dourada.

Pouco distante, sobre uma cômoda, via-se uma dessas guitarras espanholas que os ciganos introduziram no Brasil quando expulsos de Portugal, e uma coleção de curiosidades minerais de cores mimosas e formas esquisitas.

Junto à janela, havia um traste que à primeira vista não se podia definir; era uma espécie de leito ou sofá de palha matizada de várias cores e entremeada de penas negras e escarlates.

Uma garça-real empalhada, prestes a desatar o voo, segurava com o bico a cortina de tafetá azul que ela abria com a ponta de suas asas brancas e caindo sobre a porta, vendava esse ninho da inocência aos olhos profanos.

Tudo isto respirava um suave aroma de benjoim, que se tinha impregnado nos objetos com o seu perfume natural, ou como a atmosfera do paraíso que uma fada habitava.



Lealdade

A habitação que descrevemos, pertencia a D. Antônio de Mariz³, fidalgo português de cota d'armas e um dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro.

3 D. Antônio de Mariz: este personagem é histórico, assim como os fatos que se referem ao seu passado, antes da época em que começa o romance.

Nos *Anais do Rio de Janeiro*, tomo 1º, pág. 328, lê-se uma breve notícia sobre sua vida. (N.A.)

Era dos cavalheiros que mais se haviam distinguido nas guerras da conquista, contra a invasão dos franceses e os ataques dos selvagens.

Em 1567 acompanhou Mem de Sá ao Rio de Janeiro, e depois da vitória alcançada pelos portugueses, auxiliou o governador nos trabalhos da fundação da cidade e consolidação do domínio de Portugal nessa capitania.

Fez parte em 1578 da célebre expedição do Dr. Antônio de Salema contra os franceses, que haviam estabelecido uma feitoria em Cabo Frio para fazerem o contrabando de pau-brasil.

Serviu por este mesmo tempo de provedor da real fazenda, e depois da alfândega do Rio de Janeiro; mostrou sempre nesses empregos o seu zelo pela república⁴ e a sua dedicação ao rei.

Homem de valor, experimentado na guerra, ativo, afeito a combater os índios, prestou grandes serviços nas descobertas e explorações do interior de Minas e Espírito Santo. Em recompensa do seu merecimento, o governador Mem de Sá lhe havia dado uma sesmaria de uma légua com fundo sobre o sertão, a qual depois de haver explorado, deixou por muito tempo devoluta.

A derrota de Alcácer-Quibir, e o domínio espanhol que se lhe seguiu, vieram modificar a vida de D. Antônio de Mariz.

Português de antiga têmpera, fidalgo leal, entendia que estava preso ao rei de Portugal pelo juramento da nobreza, e que só a ele devia preito e menagem. Quando pois, em 1582, foi aclamado no Brasil D. Felipe II como o sucessor da monarquia portuguesa, o velho fidalgo embainhou a espada e retirou-se do serviço.

Por algum tempo esperou a projetada expedição de D. Pedro da Cunha⁵, que pretendeu transportar ao Brasil a coroa portuguesa, colocada então sobre a cabeça do seu legítimo herdeiro, D. Antônio, prior do Crato.

Depois, vendo que esta expedição não se realizava, e que seu braço e sua coragem de nada valiam ao rei de Portugal, jurou que ao menos lhe guardaria fidelidade até a morte. Tomou os seus penates, o seu brasão, as suas armas, a sua família, e foi estabelecer-se naquela sesmaria que lhe concedera Mem de Sá. Aí, de pé sobre a eminência em que ia assentar o seu novo solar, D. Antônio de Mariz, erguendo o vulto direito, e lançando um olhar sobranceiro pelos vastos horizontes que abriam em torno, exclamou:

— Aqui sou português! Aqui pode respirar à vontade um coração leal, que nunca desmentiu a fé do juramento. Nesta terra que me foi dada

4 **república**: o termo é empregado no sentido de “interesse comum, comunidade”. (N.E.)

5 **D. Pedro da Cunha**: deste projeto de transportar ao Brasil a coroa portuguesa, fala Varnhagen na sua *História do Brasil*. (N.A.)

pelo meu rei, e conquistada pelo meu braço, nesta terra livre, tu reinarás, Portugal, como viverás n'alma de teus filhos. Eu o juro!

Descobrimo-se, curvou o joelho em terra, e estendeu a mão direita sobre o abismo, cujos ecos adormecidos repetiram ao longe a última frase do juramento prestado sobre o altar da natureza, em face do sol que transmontava.

Isto se passara em abril de 1593; no dia seguinte, começaram os trabalhos da edificação de uma pequena habitação que serviu de residência provisória, até que os artesãos vindos do reino construíram e decoraram a casa que já conhecemos.

D. Antônio tinha ajuntado fortuna durante os primeiros anos de sua vida aventureira; e não só por capricho de fidalguia, mas em atenção à sua família, procurava dar a essa habitação construída no meio de um sertão, todo o luxo e comodidade possíveis.

Além das expedições que fazia periodicamente à cidade do Rio de Janeiro, para comprar fazendas e gêneros de Portugal, que trocava pelos produtos da terra, mandara vir do reino alguns oficiais mecânicos e hortelãos, que aproveitavam os recursos dessa natureza tão rica, para prover os seus habitantes de todo o necessário.

Assim, a casa era um verdadeiro solar de fidalgo português, menos as ameias e a barbacã, as quais haviam sido substituídas por essa muralha de rochedos inacessíveis, que ofereciam uma defesa natural e uma resistência inexpugnável.

Na posição em que se achava, isto era necessário por causa das tribos selvagens, que, embora se retirassem sempre das vizinhanças dos lugares habitados pelos colonos, e se entranhassem pelas florestas, costumavam contudo fazer correrias e atacar os brancos à traição.

Em um círculo de uma légua da casa, não havia senão algumas cabanas em que moravam aventureiros⁶ pobres, desejosos de fazer fortuna rápida, e que tinham-se animado a se estabelecer neste lugar, em parcerias de dez e vinte, para mais facilmente praticarem o contrabando do ouro e pedras preciosas, que iam vender na costa.

Estes, apesar das precauções que tomavam contra os ataques dos índios, fazendo paliçadas e reunindo-se uns aos outros para defesa comum, em ocasião de perigo vinham sempre abrigar-se na casa de D. Antônio de Mariz, a qual fazia as vezes de um castelo feudal na Idade Média.

6 **aventureiros:** o costume que tinham os capitães daquele tempo de manterem uma banda de aventureiros às suas ordens, é referido por todos os cronistas. Esse costume tinha o que seja dos usos da média idade, e a necessidade o fez reviver em nosso país onde faltavam tropas regulares para as conquistas e explorações. (N.A.)

O fidalgo os recebia como um rico-homem que devia proteção e asilo aos seus vassallos; socorria-os em todas as suas necessidades, e era estimado e respeitado por todos que vinham, confiados na sua vizinhança, estabelecer-se por esses lugares.

Deste modo, em caso de ataque dos índios, os moradores da casa do Paquequer não podiam contar senão com os seus próprios recursos; e por isso D. Antônio, como homem prático e avisado que era, havia-se premunido para qualquer ocorrência.

Ele mantinha, como todos os capitães de descobertas daqueles tempos coloniais, uma banda de aventureiros que lhe serviam as suas explorações e correrias pelo interior; eram homens ousados, destemidos, reunindo ao mesmo tempo aos recursos do homem civilizado a astúcia e agilidade do índio de quem haviam aprendido; eram uma espécie de guerrilheiros, soldados e selvagens ao mesmo tempo.

D. Antônio de Mariz, que os conhecia, havia estabelecido entre eles uma disciplina militar rigorosa, mas justa; a sua lei era a vontade do chefe; o seu dever a obediência passiva, o seu direito uma parte igual na metade dos lucros. Nos casos extremos, a decisão era proferida por um conselho de quatro, presidido pelo chefe; e cumpria-se sem apelo, como sem demora e hesitação.

Pela força da necessidade, pois, o fidalgo se havia constituído senhor de baração e cutelo, de alta e baixa justiça dentro de seus domínios; devemos porém declarar que rara vez se tornara precisa a aplicação dessa lei rigorosa; a severidade tinha apenas o efeito salutar de conservar a ordem, a disciplina e a harmonia.

Quando chegava a época da venda dos produtos, que era sempre anterior à saída da armada de Lisboa, metade da banda dos aventureiros ia à cidade do Rio de Janeiro, apurava o ganho, fazia a troca dos objetos necessários, e na volta prestava suas contas. Uma parte dos lucros pertencia ao fidalgo, como chefe; a outra era distribuída igualmente pelos quarenta aventureiros, que a recebiam em dinheiro ou em objetos de consumo.

Assim vivia, quase no meio do sertão, desconhecida e ignorada essa pequena comunhão de homens, governando-se com as suas leis, os seus usos e costumes; unidos entre si pela ambição da riqueza, e ligados ao seu chefe pelo respeito, pelo hábito da obediência e por essa superioridade moral que a inteligência e a coragem exercem sobre as massas.

Para D. Antônio e para seus companheiros a quem ele havia imposto sua fidelidade, esse torrão brasileiro, esse pedaço de sertão, não era senão um fragmento de Portugal livre, de sua pátria primitiva; aí só se reconhecia

como rei ao duque de Bragança, legítimo herdeiro da coroa; e quando se corriam as cortinas do dossel da sala, as armas que se viam, eram as cinco quinas portuguesas, diante das quais todas as frentes inclinavam.

D. Antônio tinha cumprido o seu juramento de vassalo leal; e, com a consciência tranquila por ter feito o seu dever, com a satisfação que dá ao homem o mando absoluto, ainda mesmo em um deserto, rodeado de seus companheiros que ele considerava amigos, vivia feliz no seio de sua pequena família.

Esta se compunha de quatro pessoas:

Sua mulher, D. Lauriana⁷, dama paulista, imbuída de todos os prejuízos de fidalguia e de todas as abusões religiosas daquele tempo; no mais, um bom coração, um pouco egoísta, mas não tanto que não fosse capaz de um ato de dedicação.

Seu filho, D. Diogo de Mariz⁸, que devia mais tarde prosseguir na carreira de seu pai, e lhe sucedeu em todas as honras e forais; ainda moço, na flor da idade, gastava o tempo em correrias e caçadas.

Sua filha, D. Cecília, que tinha dezoito anos, e que era a deusa desse pequeno mundo que ela iluminava com o seu sorriso, e alegrava com o seu gênio travesso e a sua mimosa faceirice.

D. Isabel, sua sobrinha, que os companheiros de D. Antônio, embora nada dissessem, suspeitavam ser o fruto dos amores do velho fidalgo por uma índia que havia cativado em uma das suas explorações.

Demorei-me em descrever a cena e falar de algumas das principais personagens deste drama porque assim era preciso para que bem se compreendam os acontecimentos que depois se passaram.

Deixarei porém que os outros perfis se desenhem por si mesmos.



A bandeira

Era meio-dia.

Um troço de cavaleiros, que constaria quando muito de quinze pessoas, costeava a margem direita do Paraíba.

7 **D. Lauriana:** segundo B. da Silva Lisboa a mulher de D. Antônio de Mariz chamava-se Lauriana Simoa, e era natural de São Paulo. (N.A.)

8 **D. Diogo de Mariz:** este personagem também é histórico. Em 1607 era provedor da alfândega do Rio de Janeiro, cargo que tinha servido seu pai alguns anos antes. Silva Lisboa – *Anais*. (N.A.)

Estavam todos armados da cabeça até aos pés; além da grande espada de guerra que batia as ancas do animal, cada um deles trazia à cinta dois pistoletes⁹, um punhal na ilharga do calção, e o arcabuz passado a tiracolo pelo ombro esquerdo.

Pouco adiante, dois homens a pé tocavam alguns animais carregados de caixas e outros volumes cobertos com uma sarapilheira alcatroada, que os abrigava da chuva.

Quando os cavaleiros, que seguiam a trote largo, venciam a pequena distância que os separava da tropa, os dois caminheiros, para não atrasarem a marcha, montavam na garupa dos animais e ganhavam de novo a dianteira.

Naquele tempo dava-se o nome de *bandeiras* a essas caravanas de aventureiros que se entranhavam pelos sertões do Brasil, à busca de ouro, os brilhantes e esmeraldas, ou à descoberta de rios e terras ainda desconhecidos. A que nesse momento costeava a margem do Paraíba, era da mesma natureza; voltava do Rio de Janeiro, onde fora vender os produtos de sua expedição pelos terrenos auríferos.

Uma das ocasiões, em que os cavaleiros se aproximaram da tropa que seguia a alguns passos, um moço de vinte e oito anos, bem parecido, e que marchava à frente do troço, governando o seu cavalo com muito garbo e gentileza, quebrou o silêncio geral.

— Vamos, rapazes! disse ele alegremente aos caminheiros; um pouco de diligência, e chegaremos com cedo. Restam-nos apenas umas quatro léguas!

Um dos bandeiristas, ao ouvir estas palavras, chegou as esporas à cavalgadura, e avançando algumas braças, colocou-se ao lado do moço.

— Ao que parece, tendes pressa de chegar, Sr. Álvaro de Sá? disse ele com um ligeiro acento italiano, e um meio sorriso cuja expressão de ironia era disfarçada por uma benevolência suspeita.

— Decerto, Sr. Loredano; nada é mais natural a quem viaja, do que o desejo de chegar.

— Não digo o contrário; mas confessareis que nada também é mais natural a quem viaja, do que poupar os seus animais.

— Que quereis dizer com isto, Sr. Loredano? perguntou Álvaro com um movimento de enfado.

— Quero dizer, sr. cavalheiro, respondeu o italiano em tom de mofa e medindo com os olhos a altura do sol, que chegaremos hoje pouco antes das seis horas.

9 **pistoletes:** os arcabuzes pequenos. Pela ord. n. 5º, tít. 80, s. 13, era defeso trazê-los armados, ou tê-los em casa. (N.A.)

Álvaro corou.

— Não vejo em que isto vos causa reparo; a alguma hora havíamos chegar; e melhor é que seja de dia, do que de noite.

— Assim como melhor é que seja em um sábado do que em outro qualquer dia! replicou o italiano no mesmo tom.

Um novo rubor assomou às faces de Álvaro, que não pôde disfarçar o seu enleio; mas, recobrando o desembaraço, soltou uma risada, e respondeu:

— Ora, Deus, Sr. Loredano; estais aí a falar-me na ponta dos beiços e com meias palavras; à fé de cavalheiro que não vos entendo.

— Assim deve ser. Diz a Escritura que não há pior surdo do que aquele que não quer ouvir.

— Oh! temos anexim! Aposto que aprendeste isto agora em São Sebastião: foi alguma velha beata, ou algum licenciado em cânones que vo-lo ensinou? disse o cavalheiro gracejando.

— Nem um nem outro, sr. cavalheiro; foi um fanqueiro da Rua dos Mercadores, que por sinal também me mostrou custosos brocados e lindas arrecadas de pérolas, bem próprias para o mimo de um gentil cavalheiro à sua dama.

Álvaro enrubesceu pela terceira vez.

Decididamente o sarcástico italiano, com o seu espírito mordaz, achava meio de ligar a todas as perguntas do moço uma alusão que o incomodava; e isto no tom o mais natural do mundo.

Álvaro quis cortar a conversação neste ponto; mas o seu companheiro prosseguiu com extrema amabilidade:

— Não entrastes por acaso na loja desse fanqueiro de que vos falei, sr. cavalheiro?

— Não me lembro; é de crer que não, pois apenas tive tempo de arranjar os nossos negócios, e nem um me restou para ver essas galantarias de damas e fidalgas, disse o moço com frieza.

— É verdade! acudiu Loredano com uma ingenuidade simulada; isto me faz lembrar que só nos demoramos no Rio de Janeiro cinco dias, quando das outras vezes eram nunca menos de dez e quinze.

— Tive ordem para haver-me com toda a rapidez; e creio, continuou fitando no italiano um olhar severo, que não devo contas de minhas ações senão àqueles a quem dei o direito de pedi-las.

— *Per Bacco*, cavalheiro! Tomais as coisas ao revés. Ninguém vos pergunta por que motivo fazeis aquilo que vos praz; mas também achareis justo que cada um pense à sua maneira.

— Pensai o que quiserdes! disse Álvaro levantando os ombros e avançando o passo da sua cavalgadura.

A conversa interrompeu-se.

Os dois cavaleiros, um pouco adiantados ao resto do troço, caminhavam silenciosos um a par do outro.

Álvaro às vezes enfiava um olhar pelo caminho como para medir a distância que ainda tinham de percorrer, e outras vezes parecia pensativo e preocupado.

Nestas ocasiões, o italiano lançava sobre ele um olhar a furto, cheio de malícia e ironia; depois continuava a assobiar entredentes uma cançoneta de *condottiere*, de quem ele apresentava o verdadeiro tipo.

Um rosto moreno, coberto por uma longa barba negra, entre a qual o sorriso desdenhoso fazia brilhar a alvura de seus dentes; olhos vivos, a fronte larga, descoberta pelo chapéu desabado que caía sobre o ombro; alta estatura, e uma constituição forte, ágil e musculosa, eram os principais traços deste aventureiro.

A pequena cavalgata tinha deixado a margem do rio, que não oferecia mais caminho, e tomara por uma estreita picada aberta na mata.

Apesar de ser pouco mais de duas horas, o crepúsculo reinava nas profundas e sombrias abóbadas de verdura: a luz, coando entre a espessa folhagem, se decompunha inteiramente; nem uma réstia de sol penetrava nesse templo da criação, ao qual serviam de colunas os troncos seculares dos acaris e araribás.

O silêncio da noite, com os seus rumores vagos e indecisos e os seus ecos amortecidos, dormia no fundo dessa solidão, e era apenas interrompido um momento pelo passo dos animais, que faziam estalar as folhas secas.

Parecia que deviam ser seis horas da tarde, e que o dia caindo envolvia a terra nas sombras pardacentas do ocaso.

Álvaro de Sá, embora habituado a esta ilusão, não pôde deixar de sobressaltar-se um instante, em que, saindo da sua meditação, viu-se de repente no meio do claro-escuro da floresta.

Involuntariamente ergueu a cabeça para ver se através da cúpula de verdura descobria o sol, ou pelo menos alguma centelha de luz que lhe indicasse a hora.

Loredano não pôde reprimir a risada sardônica que lhe veio aos lábios.

— Não vos dê cuidado, sr. cavalheiro, antes de seis horas lá estaremos; sou eu que vo-lo digo.

O moço voltou-se para o italiano, rugando o sobrolho.

— Sr. Loredano, é a segunda vez que dizeis esta palavra em um tom que me desagrada; pareceis querer dar a entender alguma coisa, mas faltavos o ânimo de a proferir. Uma vez por todas, falai abertamente, e Deus vos guarde de tocar em objetos que são sagrados.

Os olhos do italiano lançaram uma fálscia; mas o seu rosto conservou-se calmo e sereno.

— Bem sabeis que vos devo obediência, sr. cavalheiro, e não faltarei dela. Desejais que fale claramente, e a mim me parece que nada do que tenho dito pode ser mais claro do que é.

— Para vós, não duvido; mas isto não é razão de que o seja para outros.

— Ora dizei-me, sr. cavalheiro; não vos parece claro, à vista do que me ouvistes, que adivinhei o vosso desejo de chegar o mais depressa possível?

— Quanto a isto, já vos confessei eu; não há pois grande mérito em adivinhar.

— Não vos parece claro também que observei haverdes feito esta expedição com a maior rapidez, de modo que em menos de vinte dias eis-nos ao cabo dela?

— Já vos disse que tive ordem, e creio que nada tendes a opor.

— Não decerto; uma ordem é um dever, e um dever cumpre-se com satisfação, quando o coração nele se interessa.

— Sr. Loredano! disse o moço levando a mão ao punho da espada e colhendo as rédeas.

O italiano fez que não tinha visto o gesto de ameaça; continuou:

— Assim tudo se explica. Recebestes uma ordem; foi de D. Antônio de Mariz, sem dúvida?

— Não sei que nenhum outro tenha direito de dar-me, replicou o moço com arrogância.

— Naturalmente por virtude desta ordem, continuou o italiano cortesmente, partistes do Paquequer em uma segunda-feira, quando o dia designado era um domingo.

— Ah! também reparastes nisto? perguntou o moço mordendo os beiços de despeito.

— Reparo em tudo, sr. cavalheiro; assim, não deixei de observar ainda, que sempre em virtude da ordem, fizestes tudo para chegar justamente antes do domingo.

— E não observastes mais nada? perguntou Álvaro com a voz trêmula e fazendo um esforço para conter-se.

— Não me escapou também uma pequena circunstância de que já vos falei.

— E qual é ela, se vos praz?

— Oh! não vale a pena repetir: é coisa de somenos.

— Dizei sempre, Sr. Loredano; nada é perdido entre dois homens que se entendem, replicou Álvaro com um olhar de ameaça.

— Já que o quereis, força é satisfazer-vos. Noto que a ordem de D. Antônio, e o italiano carregou nessa palavra, manda-vos estar no Paquequer um pouco antes de seis horas, a tempo de ouvir a prece.

— Tendes um dom admirável, Sr. Loredano: o que é de lamentar, é que o empregueis em futilidades.

— Em que quereis que um homem gaste seu tempo neste sertão, senão a olhar para seus semelhantes, e ver o que eles fazem?

— Com efeito é uma boa distração.

— Excelente. Vede vós, tenho visto coisas que se passam diante dos outros, e que ninguém percebe, porque não se quer dar ao trabalho de olhar como eu, disse o italiano com o seu ar de simplicidade fingida.

— Contai-nos isto, há de ser curioso.

— Ao contrário, é o mais natural possível; um moço que apanha uma flor ou um homem que passeia de noite à luz das estrelas... Pode haver coisa mais simples?

Álvaro empalideceu desta vez.

— Sabeis uma coisa, Sr. Loredano?

— Saberei, cavalheiro, se me fizerdes a honra de dizer.

— Está me parecendo que a vossa habilidade de observador levou-vos muito longe, e que fazeis nem mais nem menos do que o officio de espião.

O aventureiro ergueu a cabeça com um gesto altivo, levando a mão ao cabo de uma larga adaga que trazia à ilharga: no mesmo instante porém dominou este movimento, e voltou à bonomia habitual.

— Quereis gracejar, sr. cavalheiro?...

— Enganais-vos, disse o moço picando o seu cavalo e encostando-se ao italiano, falo-vos seriamente; sois um infame espião! Mas juro, por Deus, que à primeira palavra que proferirdes, esmago-vos a cabeça como a uma cobra venenosa.

A fisionomia de Loredano não se alterou; conservou a mesma impassibilidade; apenas o seu ar de indiferença e sarcasmo desapareceu sob a expressão de energia e maldade que lhe acentuou os traços vigorosos.

Fitando um olhar duro no cavalheiro, respondeu:

—Visto que tomais a coisa neste tom, Sr. Álvaro de Sá, cumpre que vos diga que não é a vós que cabe ameaçar; entre nós dois, deveis saber qual é o que tem a temer!...

— Esqueceis a quem falais? disse o moço com altivez.

— Não, senhor, lembro tudo; lembro que sois meu superior, e também, acrescentou com voz surda, que tenho o vosso segredo.

E parando o animal, o aventureiro deixou Álvaro seguir só na frente, e misturou-se com os seus companheiros.

A pequena cavalgata continuou a marcha através da picada, e aproximou-se de uma dessas clareiras das matas virgens, que se assemelham a grandes zimbórios de verdura.

Neste momento um rugido espantoso fez estremecer a floresta, e encheu a solidão com os ecos estridentes.

Os caminheiros empalideceram e olharam um para o outro; os cavaleiros engatilharam os arcabuzes e seguiram lentamente, lançando um olhar cauteloso pelos ramos das árvores.

IV

Caçada

Quando a cavalgata chegou à margem da clareira, aí se passava uma cena curiosa.

Em pé, no meio do espaço que formava a grande abóbada de árvores, encostado a um velho tronco decepado pelo raio, via-se um índio¹⁰ na flor da idade.

Uma simples túnica de algodão, a que os indígenas chamavam *aimará*, apertada à cintura por uma faixa de penas escarlates, caía-lhe dos ombros até ao meio da perna, e desenhava o talhe delgado e esbelto como um junco selvagem.

Sobre a alvura diáfana do algodão, a sua pele, cor do cobre, brilhava com reflexos dourados; os cabelos pretos cortados rentes, a tez lisa, os

10 **um índio:** o tipo que descrevemos é inteiramente copiado das observações que se encontram em todos os cronistas. Em um ponto porém variam os escritores; uns dão aos nossos selvagens uma estatura abaixo da regular; outros uma estatura alta. Neste ponto preferi guiar-me por Gabriel Soares que escreveu em 1580, e que nesse tempo devia conhecer a raça indígena em todo o seu vigor, e não degenerada como se tornou depois. (N.A.)

olhos grandes com os cantos exteriores erguidos para a frente; a pupila negra, móbil, cintilante; a boca forte mas bem modelada e guarnecida de dentes alvos, davam ao rosto pouco oval a beleza inculta da graça, da força e da inteligência.

Tinha a cabeça cingida por uma fita de couro, à qual se prendiam do lado esquerdo duas plumas matizadas, que descrevendo uma longa espiral, vinham roçar com as pontas negras o pescoço flexível.

Era de alta estatura; tinha as mãos delicadas; a perna ágil e nervosa, ornada com uma axorca de frutos amarelos, apoiava-se sobre um pé pequeno, mas firme no andar e veloz na corrida. Segurava o arco e as flechas com a mão direita caída, e com a esquerda mantinha verticalmente diante de si um longo forcado de pau enegrecido pelo fogo.

Perto dele estava atirada ao chão uma clavina tauxiada, uma pequena bolsa de couro que devia conter munições, e uma rica faca flamenga, cujo uso foi depois proibido em Portugal e no Brasil.

Nesse instante erguia a cabeça e fitava os olhos numa sebe de folhas que se elevava a vinte passos de distância, e se agitava imperceptivelmente.

Ali por entre a folhagem, distinguiam-se as ondulações felinas de um dorso negro, brilhante, marchetado de pardo; às vezes viam-se brilhar na sombra dois raios vítreos e pálidos, que semelhavam os reflexos de alguma cristalização de rocha, ferida pela luz do sol.

Era uma onça enorme; de garras apoiadas sobre um grosso ramo de árvore, e pés suspensos no galho superior, encolhia o corpo, preparando o salto gigantesco.

Batia os flancos com a larga cauda, e movia a cabeça monstruosa, como procurando uma aberta entre a folhagem para arremessar o pulo; uma espécie de riso sardônico e feroz contraía-lhe as negras mandíbulas, e mostrava a linha de dentes amarelos; as ventas dilatadas aspiravam fortemente e pareciam deleitar-se já com o odor do sangue da vítima.

O índio, sorrindo e indolentemente encostado ao tronco seco, não perdia um só desses movimentos, e esperava o inimigo com a calma e serenidade do homem que contempla uma cena agradável: apenas a fixidade do olhar revelava um pensamento de defesa.

Assim, durante um curto instante, a fera e o selvagem mediram-se mutuamente, com os olhos nos olhos um do outro; depois o tigre agachou-se, e ia formar o salto, quando a cavalgata apareceu na entrada da clareira.

Então o animal, lançando ao redor um olhar injetado de sangue, eriçou o pelo, e ficou imóvel no mesmo lugar, hesitando se devia arriscar o ataque.

O índio, que ao movimento da onça acurvara ligeiramente os joelhos e apertava o forcado¹¹, endireitou-se de novo; sem deixar a sua posição, nem tirar os olhos do animal, viu a banda que parara à sua direita.

Estendeu o braço e fez com a mão um gesto de rei, que rei das florestas ele era, intimando aos cavaleiros que continuassem a sua marcha.

Como, porém, o italiano, com o arcabuz em face, procurasse fazer a pontaria entre as folhas, o índio bateu com o pé no chão em sinal de impaciência, e exclamou apontando para o tigre, e levando a mão ao peito:

—É meu!... meu só!

Estas palavras foram ditas em português, com uma pronúncia doce e sonora, mas em tom de energia e resolução.

O italiano riu.

— Por Deus! Eis um direito original! Não quereis que se ofenda a vossa amiga?... Está bem, dom cacique, continuou, lançando o arcabuz a tiracolo; ela vo-lo agradecerá.

Em resposta a esta ameaça, o índio empurrou desdenhosamente com a ponta do pé a clavina que estava atirada ao chão, como para exprimir que, se ele o quisesse, já teria abatido o tigre de um tiro. Os cavaleiros compreenderam o gesto, porque, além da precaução necessária para o caso de algum ataque direto, não fizeram a menor demonstração ofensiva.

Tudo isso se passou rapidamente, em um segundo, sem que o índio deixasse um só instante com os olhos o inimigo.

A um sinal de Álvaro de Sá, os cavaleiros prosseguiram a sua marcha, e entranharam-se de novo na floresta.

O tigre, que observava os cavaleiros, imóvel, com o pelo eriçado, não ousara investir nem retirar-se, temendo expor-se aos tiros dos arcabuzes; mas apenas viu a tropa distanciar-se e sumir-se no fundo da mata, soltou um novo rugido de alegria e contentamento.

Ouviu-se um rumor de galhos que se espedaçavam como se uma árvore houvesse tombado na floresta, e o vulto negro da fera passou no ar; de um pulo tinha ganho outro tronco e metido entre ela e o seu adversário uma distância de trinta palmos.

O selvagem compreendeu imediatamente a razão disto: a onça, com os seus instintos carniceiros e a sede voraz de sangue, tinha visto os cavalos e desdenhava o homem, fraca presa para saciá-la.

¹¹ **forcado**: esta maneira de caçar uma onça, que a muitos parecerá extraordinária, é referida por Aires de Casal. Ainda hoje no interior há sertanejos que caçam deste modo, e sem o menor risco ou dificuldade, tão habituados já estão. (N.A.)